

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO A SERVIÇO DAS ELITES E DA INDÚSTRIA CULTURAL VISTOS NO LIVRO DIDÁTICO

Antonio Gutemberg da Silva

Graduado em História pela UEPB, Aluno de Especialização em História do Brasil/Paraíba pela FIP

e-mail: gutembergprofessor@yahoo.com.br

Janielly Souza dos Santos

Graduada em História pela UEPB, Aluna de Especialização em História do Brasil/Paraíba pela FIP

e-mail: janiellysouza@yahoo.com.br

Quando nos vem à mente o que seria patrimônio pensamos nos bens, heranças, imagens e objetos deixados por nossos ancestrais tomados de valores sentimentais que podem nos remeter a lembranças que permeiam alegria, tristeza, curiosidade, raiva e ou satisfação.

Seja materiais ou imateriais o patrimônio e também os monumentos estão vinculados a uma sensibilidade que se enraízam no presente e olham para o passado.

Mas quem torna um objeto Patrimônio Histórico? Objeto de admiração e de valor sentimental, que muitos podem lhe render glórias e a outros remeter tristezas.

A noção de patrimônio e monumento histórico além de ser datado é ocidental, visto que como a Europa colocara-se de fato como desbravadora e conquistadora do Novo Mundo, 'acostumamos' a ter como modelo de belo e correto aquilo que é Europeu. Nascendo via Bonapartismo a idéia de preservação do Patrimônio Histórico e Cultural acaba chegando ao Brasil de forma mais intensa por através do II reinado na figura de D. Pedro II, quando o Imperador pretendia transformar o Brasil num país com espaço urbano turístico. E, para isso seria necessário mudar a paisagem de um país rural para uma nação urbanizada e com traços característicos da Europa. Tal processo iria estender-se pelo Brasil republicano como as obras sanitaristas da República Velha. Dessa forma, percebemos uma construção monumental de Patrimônios e Memórias altamente seletivas que respeitavam linhas e traços europeus.

Vendo a memória como ações celebradas pelas sociedades humanas, o patrimônio é universal, comum a todas as sociedades. Este último pelo fato de os europeus terem sido os pioneiros no ato da preservação de seus monumentos, levou os outros povos, principalmente os que foram colonizados pelos próprios europeus a terem idéias generalizadas de produzir imagens semelhantes ou até mesmo igual aos monumentos da Europa, poderiam ganhar status e reconhecimento não somente nacional, como também internacional. Entretanto, como cada monumento não é somente construído por pedra e cal, existe toda uma relação humana (cultural) que permeia a construção e quando simplesmente copiamos, produzimos uma memória que não corresponde ao valor histórico cultural da obra original. Estamos longe de nos livrarmos da influência eurocêntrica em nossa história, pois a presença desse continente permeou toda a

historiografia brasileira e de muitos outros países, a qual não só havendo uma “imposição” lingüística, mas trazendo toda uma carga de relações culturais que influenciaram a construção literária e monumental, onde toda nossa história tirará suas bases de fatos europeus, relegando a cultura nativa por exemplo a planos secundários. Aquilo que seria importante aos olhos dos Europeus, torna-se a inspiração para construção do Patrimônio histórico brasileiro. Embora a sociedade contemporânea esteja repensando tais influências eurocêntricas, numa tentativa de resgatar as demais etnias que contribuíram para formação do nosso país. Só que o que quase sempre é selecionado perpassa a visão de quem constrói. O que com certeza fará com que muitas heranças jamais sejam resgatadas.

Sendo assim surgida na Europa, mais precisamente na França, ganhando maior relevância no século XIX, a noção de preservação e tombamento de patrimônio como refúgio de lembranças ao longo do tempo vem sofrendo inúmeras transformações conforme as ideologias dominantes em cada lugar. Transformações essas que nem sempre estamos abertos para percebê-las. Uma vez que as sociedades não são estáticas, sofrem constantemente e simultaneamente transformações em seus diversos setores. Mudanças essas, que nem sempre percebemos quando as mesmas ainda estão se processando, e sim depois que estas ocorrem, essas transformações fazem parte do nosso dia-a-dia. Não é necessário ser um observador a altura de Charles Baudelaire para vermos o que se sucede em nossa volta, mas um mínimo de olhar mais atento basta-nos. No entanto, estamos sempre tão ocupados para refletirmos sobre o espaço que ocupamos, ou simplesmente não percebemos este espaço. Ele não é nosso. Apenas passamos por ele.

A partir de tais reflexões atreladas ao mundo capitalista e globalizado que estamos vivendo, percebemos que com o aumento do fluxo de pessoas, capitais, serviços e bens de consumo – caminhamos para uma cultura de massas que tende a “homogeneizar” os valores regionais, ou melhor, as particularidades de cada lugar impondo de forma irresistível um modelo de vida similar no mundo neoliberal. Cada vez mais os gostos, os costumes e as visões de mundo vão massificando-se frente ao crescimento de um mercado comum.

Mas, e a memória e o patrimônio histórico, visto como preservação das identidades e sensibilidades de um povo como ficam diante de tantas transformações e mudanças de valores? - Tomando por base o fragmento do texto: “Memória e poder exigem-se” de Mário Chagas, compreendemos como um dos maiores exemplos, se não o maior para explicitar as enormes interferências que o poder político causa em relação às transformações ocorridas na seleção e preservação da memória e do patrimônio os interesses elitistas, junto à intervenção política para manter as heranças que favorecem pessoas ou grupos na construção de falsos ícones que justifiquem formação de oligarquias e que conseqüentemente as mantenham no poder. Todavia, percebemos que o ato do poder político selecionar aquilo que deve ser preservado, acaba se tornando uma ação excludente, fazendo desaparecer fatos, imagens e objetos e até mesmo

criando ou modificando documentos que sirvam de base para construção de ícones que dizem respeito à interesses particulares.

Ao nos reportarmos para a historiografia brasileira nos deparamos de forma bastante clara com a seleção e produção de memória por parte de grupos e agentes políticos. Tanto a construção da história do período colonial, quanto os demais períodos da historiografia nacional foram construídas por intervenções elitistas que escreveram uma história enfatizando a luta dos latifundiários, estancieiros, militares e quando poucos civis que contribuíram para causas de enobrecimento das classes majoritárias de nosso país, pois em nossa historiografia quando os movimentos populares são discutidos, é bom observarmos, que sempre serão indivíduos que contribuíram para a troca ou manutenção de poderes sempre elitistas.

Normalmente, o que temos preservado não somente como memória, como também de patrimônio seja material ou imaterial é fruto de relações de poder político que acabam manipulando os documentos conforme seus interesses, deixando quase sempre de lado, ou até mesmo apagando acontecimentos que não lhes trazem glória. É a elite social que acaba determinando o que deve ser preservado, mesmo havendo resistências, pois o poder político consegue manipular a população a ter como verdade imutável aquilo que lhe convém conservar. Fazendo muitas vezes um valor sentimental privado se tornar público frente a interesses de ganhos políticos e de reconhecimento histórico.

Entretanto, não queremos tomar a noção de preservação somente voltada para a elite, pois as classes menores acabam de certa forma resistindo a determinadas preservações de memória e cultuam seus ícones, gerando uma nova relação de poder, uma vez que, o que é transformado como memória dependerá indiscutivelmente do grupo que se propõe registrar algo que melhor lhe convém independente da condição social, embora como já dissemos anteriormente nesse artigo, o poder elitista é que acaba tendo uma condição majoritária naquilo que se quer preservar. Toda produção e preservação de memória terão sempre um grupo com relações de poder seja elitista ou não que determinarão os rumos da memória preservada por isso “Memória e poder Exigem-se”. De tal maneira, que ao olharmos para o mundo globalizado que vivemos onde tudo gira em torno do capital, o espaço foi transformado em mercado, o que levou a noção de patrimônio a uma relação mais do que de poder, mais uma via turística de se ganhar dinheiro frente à utilização da memória colocada a serviço de um bem de consumo.

Lembrando que a memória parte imaterial do patrimônio histórico cultural consiste naquilo que queremos guardar, termos como recordação, vemos que o mesmo torna-se elemento fundante da memória. Memória essa que quase sempre é preservada conforme interesses de grupos. Com o advento da industrialização e a consolidação do capitalismo vimos crescer e cristalizar-se no poder uma nova ordem social – a burguesia - a qual se caracteriza fortemente numa maior interação entre o homem e o meio ambiente. Uma vez que, tudo a partir de então acaba perpassando pelo lado econômico, a própria noção de preservação consistirá numa prática

mercadológica onde a transformação de objetos e pessoas em patrimônio histórico será escolhido a partir de critérios capitalistas. “Tombar aquilo que gere lucro”. Assim, acreditamos que a noção de patrimônio e memória, a qual discorremos como seletiva e elitista também se transforma em bens de consumo mediante a construção de uma indústria cultural do turismo. A indústria acaba atuando principalmente fazendo uso dos aparelhos midiáticos para criar nas pessoas identificações com os objetos na tentativa quase sempre bem sucedida de que as mesmas se identifiquem, gerando valores aos quais quem os visite possa reconhecer-se neles. Dessa maneira o turismo cultural o qual em sua essência narra o fato histórico é transformado em Indústria Cultural, forjando imagens e identidades. Deixando muitas vezes de serem instrumentos de preservação, conservação e interpretação de espaços de espaços e de culturas da memória e da história de povos, nações e do mundo para tornarem-se meros objetos de informação e entretenimento lucrativo que mais tem haver com o presente do que com o passado.

O instrumento histórico é transformado em produto de consumo, alterando o contexto em que o patrimônio é construído, limitando a capacidade problematizadora e educacional, pois o objeto forjado vem com uma ação positivista de verdade pronta e acabada. A informação, seu valor cultural e emocional é imposto, não abrindo espaços para a crítica e conseqüentemente para a interpretação e investigação do exposto. Tais problemáticas emergem uma ação muito intensa do historiador frente à transformação do Patrimônio Cultural e da Memória a serviço da Indústria Cultural. Uma vez que História designa investigação, cabe ao historiador exatamente interpretar, tornar cada objeto, memória e documentos como um todo numa profunda análise interpretativa vendo-os como suspeitos e longe de apresentar uma visão metódica de verdade. Para a partir de então contribuir e diminuir as imposições de tombamentos de memórias que visem a padronização de grandes feitos heróicos, a valorização única do documento histórico rompendo com objetividades no intuito de promover o relativismo cultural na qual a memória deve ser investigada a partir de coletividades subjetivas. Como nos diz Jacques Le Goff, todo documento é monumento (algo feito para lembrar o que se quer lembrado e para esconder o que se quer esquecido). Se então naturalmente o monumento já nasce sendo seletivo, imaginemos quando estes são postulados a serviço de um indivíduo ou grupos? A radicalização e banalização de verdades que o justifiquem será maior ainda. Podendo correr até mesmo o risco de criar espaços vazios, ou seja, monumentos aos quais a população não tem nenhuma identificação, simplesmente estão tombadas para justificar um fluxo turístico de imagens universais que não condizem com os regionalismos e não refletem as emoções do lugar inserido.

O Patrimônio, portanto, deve representar um suporte de reconhecimento de lembranças e identidades no qual o turismo deve favorecer a divulgação dessas identidades, podendo até prezar pelo valor econômico, mas sem perder os valores identitários promovendo setores privados. Uma vez que hoje o que mais vemos é a projeção de individualidades e não sociedades, a medida que tudo vai virando patrimônio a serviço da indústria capitalista as

identidades vão desaparecendo em função de uma cultura de massa. A ótica de preservar deve preceder uma identidade, no entanto, como tudo ta sendo transformado em mercado, jogo de interesses privados o patrimônio e a memória são relegados ao turismo cultural. Os próprios meios de comunicação como rádio, jornal, revistas e principalmente televisão são grande exemplos de construção de uma memória e de um patrimônio seletivo que abrange interesses particulares. Assim vemos que fica difícil encontrarmos imagens patrimoniais que não sejam seletivos e que não estejam a serviço de algo ou alguém, pois o próprio fato de tombamento ou ainda de formação de um museu já apresenta-se como uma ação seletiva e excludente, sendo lembrado e cultivado aquilo que interessa para quem o estar construindo.

Tomando por base a idéia de que o patrimônio só pode ser tombado se o mesmo não tiver sido modificado, uma vez que qualquer detalhe transformado, pode-se perder o valor patrimonial e deturpar o seu sentido histórico sentimental, vemos que a memória e o patrimônio além de serem seletivos podem não carregar veracidade no que apresentam, podendo ter sido transformado para acomodar cargas sentimentais que gerem bem estar político, e, no caso do turismo cultural retorno financeiro. Dessa maneira o Patrimônio que tem a função de nos lembrar memórias, torna-se um instrumento político e econômico a serviço de uma nova realidade cultural que perpassa a noção por nós já discutida de Indústria Cultural. Realidade essa em que frente às transformações do mundo capitalista e globalizado torna-se impossível de serem evitadas, pois a tendência do mundo globalizado é aumentar essa cultura de massa que estamos vivenciando. Produzindo um modo de estar social quase que “único”, destruindo valores, crenças e costumes a tempos arraigados em novas concepções de viver no mundo. O que, é claro, interfere sumariamente nas formas de preservação e de construção de valores patrimoniais.

São a partir dessas problemáticas, no entanto, que emerge a preocupação que atinge e chama a atenção principalmente da comunidade científica como: historiadores, antropólogos, jornalistas e sociólogos dentre outros a repensar a forma de apreensão e compreensão da memória e do patrimônio histórico não de maneira a aceitar passivamente tais transformações que colocaram os monumentos a serviço de uns, mas acima de tudo devemos nos permitir primeiramente que essas mudanças estão ocorrendo e que enquanto cientistas e, em nosso caso historiador, precisamos percebê-las no momento em que as mesmas estão se processando, para não sermos engolidos por essa modernidade que tende a massificar a cultura. Uma vez que, serão essas transformações que irão tornar-se mais tarde em memória.

Todo lugar é transformado pelo homem e normalmente só nos deparamos com as mudanças ou algo quando estas já estão processadas, fazendo com que muitos valores e traços tenham desaparecido exigindo indiscutivelmente do historiador um vício de observação contínua sendo perceptível ás transformações de seu tempo, para somente assim podermos investigar o espaço banalizado com as mudanças e poder resgatar e até mesmo preservar valores culturais modificados pelas elites e pela indústria cultural.

Contudo, verificamos que tanto o patrimônio quanto a memória sofrem intensas modificações não somente de quem a elabora – o qual já o faz com um objetivo – mas também de quem o preserva ou tomba como memória e patrimônio, tendo em vista que traços podem ser esquecidos e outros modificados conforme relações de poder para justificar uma ação elitista, e, as vezes até levar para o esquecimento conforme interesses. O destino da obra, portanto, poderá ser o enaltecimento ou esquecimento, pois a política de preservação a qual desfrutamos é completamente elitista. O mesmo poderá ocorrer com a Indústria Cultural, a qual modificará apenas sua finalidade maior, que é o valor sócio-econômico daquilo que deve ser preservado, modificado ou até mesmo esquecido. E o patrimônio que tem que gerar um suporte de identidade social, como fica nessa relação de poder entre a elite política e a indústria cultural? - O Patrimônio acaba servindo de memória que justifique interesses, e, por meio da divulgação (mídia) a sociedade vai absorvendo como valores e identidades. Cabendo, no entanto, principalmente a nós historiadores a tarefa de observar constantemente tais modificações para podermos interpretar e divulgar possíveis resultados. Seja aqueles que estão mais perceptíveis ou não, seja aqueles que já foram esquecidos, pois o ofício maior do historiador é a inquietação e a observação não aceitando nenhum fato, objeto e até mesmo memórias como ações prontas e acabadas, cheias de objetividades.